



Revista de História

ISSN: 0034-8309

revistahistoria@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Oliveira, Terezinha

Considerações sobre o trabalho na idade média: intelectuais medievais e historiografia

Revista de História, núm. 166, enero-junio, 2012, pp. 109-128

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285025368005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO NA IDADE MÉDIA: INTELECTUAIS MEDIEVAIS E HISTORIOGRAFIA*

Terezinha Oliveira

Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

Neste artigo analisaremos o conceito e a atividade ‘trabalho’ no Ocidente medieval. Trata-se de um tema demasiado amplo e, por isso, corremos o risco de generalizar a ponto de não apreendermos seu significado, ou, então, fazer um recorte singular que não possibilite apreender o processo em sua inteireza. Atentos a esses dois problemas, consideraremos o trabalho levando em consideração as diferentes formas que este assumiu nesta época.

PALAVRAS-CHAVE

intelectuais • historiografia • trabalho.

Contato:

Rua Marechal Floriano Peixoto, 436, apto. 401
87030-030 – Maringá – PR

E-mail: teleoliv@gmail.com

* Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/PQII

CONSIDERATIONS ABOUT LABOR IN THE MIDDLE AGES: MEDIEVAL SCHOLARS AND HISTORIOGRAPHY

Terezinha Oliveira

Universidade Estadual de Maringá

Abstract

In this article we shall analyze the concept of “labor” and of “labor activity” in the medieval western world. As this is a very broad subject, generalizing it involves the risk of not grasping its meaning, or of making otherwise a so singular clipping that grasping the whole process becomes difficult. Being aware of these two problems, we shall consider “labor” in the different forms it assumed at this age.

Keywords

scholars • historiography • labor

Contact:

Rua Marechal Floriano Peixoto, 436, apto. 401
87030-030 – Maringá – PR

E-mail: teleoliv@gmail.com

O objetivo deste texto é analisar o conceito e a atividade ‘trabalho’ no Ocidente medieval. Evidentemente, trata-se de um tema demasiado amplo e, por isso, corremos o risco de, com a intenção de compreendê-lo em todos os seus aspectos, generalizar a ponto de não apreendermos seu significado para a época em tela. Ou, então, cair no extremo oposto, fazendo um recorte excessivamente singular que não possibilite apreender a organização de nenhuma forma do trabalho. Atentos a esses dois problemas, destacamos que consideraremos o trabalho da mesma maneira que concebemos o homem medieval, ou seja, que não há um único homem para os dez séculos que sinalizam esta época, mas, diferentes homens medievais. Da mesma forma, existiram diferentes modalidades do trabalho.

As vicissitudes sociais no medievo ocidental foram tão intensas que, em alguns séculos, não se pode supor que os homens (relações sociais) que o iniciaram são idênticos aos da sua segunda metade. Como exemplos podem ser mencionados os séculos V e VI, por ocasião das incursões nômades; os séculos X e XI, quando da formação do sistema feudal, ou, ainda, os séculos XIII e XIV, momento em que verificamos a organização das cidades, das corporações de ofício, das Universidades e quando são dados os primeiros passos para a constituição dos estados modernos. As mudanças ocorridas nestes séculos foram tão profundas que, ainda que os homens e, por conseguinte, suas relações continuassem medievais não eram mais os mesmos homens. Isso também pode ser verificado no que diz respeito ao trabalho.

Em geral, encontramos obras na historiografia que consideram o trabalho camponês como a forma própria do trabalho medieval; outras consideram o comércio como a atividade central no Ocidente; outras, ainda, entendem que o trabalho do artesão era aquele que melhor caracterizava o trabalho no medievo. Nossa intenção não é, contudo, debater essas diferentes concepções, mas chamar a atenção para a permanência e concomitância dessas diversas atividades ao longo desta época. Além disso, queremos destacar outra modalidade de trabalho que existiu durante os séculos do medievo, mas que, nem sempre, é valorizada pela historiografia. Trata-se do trabalho intelectual, muitas vezes preterido em favor do trabalho manual. A valorização de um ideário mental do homem medieval na História constitui um fato marcante a partir da Nova História, em meados da década de 1970, ao menos em termos de Brasil. Temos, então, uma valorização da mentalidade medieval, da espiritualidade, particularmente no interior da História Social, História das Mentalidades, História das Religiões, dentre outras tendências. Ainda assim, nem sempre encontramos nelas um destaque significativo para o trabalho intelectual.

A nosso ver, reside nesse ponto um dos maiores problemas para se tratar do conceito de trabalho na Idade Média ocidental. De um lado, encontramos estudiosos que, seguramente, herdeiros de uma concepção marxiana da História, consideram o trabalho ‘material’ como o único produtor e condutor dos homens e de suas relações sociais. De outro, deparamo-nos com tendências que, no afã de opor-se a uma perspectiva materialista de história, valorizam as ideias a ponto de retirar de cena o ato/agir cotidiano dos homens. Em nossa opinião, são concepções extremadas que não nos permitem compreender a própria natureza humana que, como Tomás de Aquino já afirmara em sua *Suma de Teologia* no século XIII, é constituída pelo intelecto e pela matéria. Assim, trabalho material e trabalho intelectual são partes integrantes da atividade humana. Somente a partir dessa concepção poderemos compreender o homem em sua totalidade. Por conseguinte, é dessa perspectiva que consideraremos o trabalho medieval, material e intelectual.

Alertamos o leitor, portanto, que consideraremos o trabalho medieval a partir de dois enfoques que se complementam: primeiro, a concepção de homem suscitada pelas reflexões de Tomás de Aquino; segundo, a sugerida por três autores de épocas distintas, mas que, indubitavelmente, são autoridades no campo da História: Políbios (203 a.C. – 120 a.C.), François Guizot (1787 – 1874) e Marc Bloch (1888 – 1944). Princípiaremos por Políbios, buscando aprender um pouco do fazer História.

De fato, quem espera, examinando Histórias parciais, adquirir uma visão correta da História em seu conjunto está, segundo me parece, na situação de alguém que, depois de ter visto os membros esparsos de um animal antes vivo e belo, imagina haver contemplado exatamente o próprio animal cheio de energia e na plenitude de sua beleza; se alguém pudesse reconstituir instantaneamente este animal, restaurando-lhe a forma e a graça de criatura viva, e então o mostrasse à mesma pessoa, na minha opinião, esta confessaria prontamente que antes estava muito longe da verdade e se assemelhava mais a alguém que sonhasse. Podemos de fato fazer uma ideia do todo vendo uma parte, mas nunca chegar ao conhecimento e à opiniões exatas. As Histórias parciais, portanto, contribuem muito pouco para o conhecimento do todo e para formar uma convicção quanto à sua veracidade; somente pelo estudo de todas as particularidades, semelhanças e diferenças ficamos capacitados a fazer uma apreciação geral, e assim tirar ao mesmo tempo proveito e prazer da História.¹

¹ POLÍBIOS. *História*. Brasília: UnB, 1985, p. 43-44.

A analogia do autor, comparando os acontecimentos humanos com o corpo de um animal esquartejado, é simbólica, mas, de grande profundidade. Afinal, se não conhecemos o todo do animal e considerarmos somente seus membros separadamente, poderemos até imaginar como ele era quando vivo e inteiro, mas, isso é somente uma imagem, não o real em sua totalidade. Do seu ponto de vista, o mesmo ocorria com a História, se conhecermos somente partes de um acontecimento, e não construirmos o todo. Desse modo, não conhecemos a história, mas apenas partes de uma dada época.

A concepção de história de Guizot – professor de história moderna da Sorbonne no século XIX, depois político da Restauração – não é, pelo menos na sua essência, diferente da maneira de Políbios concebê-la. No Terceiro Ensaio da obra *Essais sur l'Histoire de France*, ao tratar das razões que provocaram a queda dos merovíngios e dos carolíngios, destacou:

As causas das revoluções são sempre mais gerais do que se supõe; o espírito mais penetrante e mais vasto não o é nunca o suficiente para perceber desde a primeira origem e as abarcar em toda a sua extensão. E não falo aqui deste encadeamento necessário dos acontecimentos que faz com que eles nasçam constantemente uns dos outros, e que, o primeiro dia traz em seu seio o futuro inteiro. Independentemente deste laço eterno e universal de todos os fatos, é verdadeiro dizer que essas grandes vicissitudes das sociedades humanas que denominamos de revoluções, o deslocamento dos poderes sociais, a subversão das formas de governo, a queda das dinastias, datam de mais distante do que diz a história, e provêm de causas bem menos especiais do que aquela que se lhe atribui comumente. Em outras palavras, os acontecimentos são maiores do que sabem os homens, e aqueles mesmos que parecem a obra de um acidente, de um indivíduo, de interesses particulares ou que qualquer circunstância exterior, têm fontes bem mais profundas e de outro alcance.²

As palavras de Guizot nos apontam para os acontecimentos históricos de uma perspectiva de longa duração. Do seu ponto de vista, um dado acontecimento não decorre de atos súbitos e imediatos, mas, em geral, teve seu início muito tempo antes de sua eclosão. Logo, a história não poderia ser compreendida se levarmos em conta apenas a curta duração. Para o autor, os acontecimentos novos sempre trazem em seu bojo elementos das antigas relações que o fizeram nascer. Dentro deste princípio existiria o velho no novo e a possibilidade de germes do novo nas relações sociais maduras e consolidadas. Apreende-se, dessa forma de conceber a história em Políbios e em Guizot, que nos processos de rupturas há também

² GUIZOT, François. III Essai. Des causes de la chute des Mérovingiens et des Carlovingiens. In: Idem. *Essai sur l'Histoire de França*. Paris: Bonaventure et Ducessois, 1857, p. 57.

permanências. É nesse movimento de permanências e rupturas que as relações sociais e as instituições são construídas pela e na história.

A lição que retiramos desses dois autores permite-nos refletir acerca de uma questão muito presente na historiografia do século XX e que permanece nos dias atuais: pensar os processos históricos a partir de rupturas, ou seja, existiria sempre um novo brotando e colocando por terra o passado e, deste passado, nada deveria ser preservado. Na verdade, esta visão da história torna-se um impedimento para se entender e construir a própria história, na medida em que perdemos sua essência: um movimento feito de mudanças e de continuidades.

Considerando da perspectiva da concepção fundada na ideia de rupturas completas, a Idade Média nos fornece pelo menos dois exemplos notáveis. O primeiro diz respeito ao nascimento da Idade Média. Comumente se considera que, por ocasião da dissolução das instituições romanas e das incursões nômades, os homens do Ocidente latino caíram em uma obscuridade intensa uma vez que a cultura, a civilização, as leis romanas teriam sucumbido junto com o Império. Todavia, isso não se verificou. Ao contrário, foram preservados os costumes, leis, política e saberes do mundo greco-latino. Essa preservação foi, inclusive, condição da manutenção dos homens e um elemento essencial para a constituição das novas relações sociais. Nesse sentido, devemos destacar que a principal instituição medieval da Alta Idade Média nasceu precisamente das entranhas do mundo romano: a Igreja Católica.

O segundo exemplo localiza-se na passagem da Baixa Idade Média para o mundo moderno. Supõe-se, frequentemente, que a ruptura entre essas duas épocas históricas foi radical. Isto se deve ao fato de a historiografia apoiar-se, de um modo geral, no olhar dos humanistas e renascentistas. Mas, trata-se de um olhar enviesado destes autores, porque alguns – como Erasmo, Morus, Francis Bacon – não destruíram por completo o mundo medieval. Por outro lado, conservaram um dos aspectos mais essenciais desse tempo, que era o espírito de religiosidade. Inclusive, deve-se notar, foi a partir desse espírito que fizeram formulações basilares para as novas relações sociais. Evidentemente combateram, incansavelmente, as instituições do medieval, especialmente a Igreja, pois, esta se constituía em obstáculo à nova ordem nascente: a Modernidade. No entanto, conservaram parte de sua mentalidade, ou seja, a concepção cristã de homem. Cabe mesmo salientar que, sob este aspecto, os autores da modernidade não foram os iniciadores dessa luta. No passado (no século XIII, Tomás de Aquino e João de Quidort; Dante, na virada do XIII; no XIV, Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham), encontramos autores que explicitaram em seus escritos, uns com mais intensidade, outros com

menos, a crítica à Igreja, particularmente, em relação ao fato de ela ser governante. Logo, os autores do XVI e XVII prosseguem, com um olhar novo, um debate já colocado na ordem do dia pelo menos quatro séculos antes.

Desse modo, o que podemos observar em Políbios, Tomás de Aquino e Guizot é que os problemas e os debates de um tempo presente certamente tiveram seu início em outra época que não a da sua eclosão. Todavia, é neste presente que os homens, por meio de suas relações sociais, do seu agir, se posicionam e encontram, ou não, soluções para seus embates e crises.

Assim, se podemos perceber nesses autores uma preocupação ou, mesmo, um entendimento da história a partir de processos de longa duração, no qual o conhecimento do passado torna-se vital para as relações do presente, em escritos de Marc Bloch, também aprendemos que a história se faz nesse diálogo constante entre presente e passado. De acordo com Bloch, são as inquietações com e do presente que nos tornam historiadores. Na passagem a seguir, na qual o autor narra uma conversa com Pirenne, esta ideia é explicitada.

Já contei em outro lugar o episódio: eu estava acompanhando, em Estocolmo, Henri Pirenne. Mal chegamos, ele me diz: “O que vamos ver primeiro? Parece que há uma prefeitura nova em folha. Comecemos por ela”. Depois, como se quisesse prevenir um espanto acrescentou: “Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida”. *Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador.* Não nos deixamos enganar por certa frieza de estilo, os maiores entre nós a possuíram todos: (...) E talvez ela seja, em seu princípio, um dom das fadas, que ninguém pode pretender adquirir, se não o trouxe do berço. Nem por isso ela deixa de precisar ser constantemente exercitada e desenvolvida. Como, senão, assim como o próprio Pirenne, por um contato perpétuo com o hoje³

Para o autor, o que transforma um estudosos da história não é o fato de conhecer o passado, mas inquietar-se com o presente, com o vivido do cotidiano. Ser historiador é comprometer-se com os embates de seu tempo. Bloch vai além, a nosso ver, ao afiançar que, ainda que a qualidade de historiador possa ser trazida do ‘berço’, contudo, a pessoa somente se torna, de fato, um profissional do ofício de historiador se desenvolver a habilidade e sensibilidade para perceber o seu ‘hoje’.

Essa formulação é fundamental ao explicitar que os historiadores não deveriam se debruçar sobre o passado e viver dos acontecimentos antigos. Aliás,

³ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 65-66, grifo nosso.

evidencia isso ao afirmar que quem gosta de ‘coisas velhas’ é o antiquário. O historiador, por seu turno, cuidaria das coisas vivas.

Por conseguinte, é este vivo cotidiano que importa para o campo da história. Todavia, esse presente é alterado a todo instante pelas atitudes e escolhas dos homens. As pessoas mudam seus hábitos e costumes. Essas transformações são próprias da natureza social. Mas, apesar disso, os homens conservam aspectos essenciais que propiciam a permanência sua e da sociedade, que o autor define como ‘fundo permanente’.

Já não pensamos hoje, realmente, como o escrevia Maquiavel, como o pensava Hume ou Bonald, que há no tempo “uma coisa, pelo menos, que é imutável: o homem”. Aprendemos que também o homem mudou muito: no seu espírito e, provavelmente, até nos mais delicados mecanismos do corpo. Como poderia ser de outro modo? Transformou-se profundamente a sua atmosfera mental; e também a sua higiene, a sua alimentação. Convimos, todavia, em que existe na natureza humana e nas sociedades humanas um fundo permanente. Se assim não fosse, os próprios vocábulos de “homem” e de “sociedade” não significariam coisa nenhuma.⁴

De acordo com Bloch, as ações e relações dos homens se modificam sempre e velozmente. Todavia, mantêm-se no tempo as noções de homem e de história e, na medida em que são conservadas, possibilitam a permanência de estreitas relações entre passado e presente, ou entre os ‘mortos e os vivos’. Para o autor, o presente é muito efêmero e não há como negar isso. Os atos que praticamos pela manhã, na metade do dia já se constituem em passado, e não podem mais ser alterados. Entretanto, sempre preservamos o passado, seja em nossos atos, seja interferindo em nosso pensamento.

Essas formulações tiveram grande repercussão, influenciando, inclusive, os autores da Nova História, uma concepção de História que tem grande predileção, segundo as definições de tempo de Braudel, pelo tempo curto. Todavia, em Bloch, a história ainda é a da longa duração, possuindo características universalizantes.

Portanto, não há senão uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos. Como chamá-lo? Já disse por que o antigo nome de história me parece o mais compreensivo, o menos exclusivo, o menos carregado também das comoventes lembranças de um esforço muito mais que secular: portanto, o melhor. Propondo assim estendê-lo, contrariamente a certos preconceitos, aliás muito menos velhos do que ela, até o

⁴ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1969, p. 42.

conhecimento do presente, não buscamos – será preciso defender-nos? – nenhuma reivindicação corporativa.

A vida é muito breve, os conhecimentos a adquirir muito longos para permitir, até para o mais belo gênio, uma experiência total da humanidade. O mundo atual terá sempre seus especialistas, como a idade da pedra ou a egiptologia. A ambos pede-se simplesmente para se lembrarem de que compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos; e a única história verdadeira, que só pode ser feita através de ajuda mútua, é a historia universal.⁵

Há que se considerar, todavia, na passagem, uma mudança entre o olhar de Bloch e o dos autores anteriormente mencionados. Nele, a universalização da história pressupunha o diálogo com diversos campos do conhecimento, como a geografia e a antropologia. Sob este aspecto, ele inaugura um tempo novo da história, dentre outras razões porque as mudanças sociais ocorridas no Ocidente, após a primeira guerra mundial, não permitiram mais uma compreensão da história como os autores do século XIX, dentre eles Guizot, a concebiam. Os tempos eram outros e as posições diante dos problemas sociais exigiam novos olhares. Todavia, uma questão não pode ser ignorada: Bloch foi um autor da transição entre a antiga concepção de história e a nova, que estava nascendo. Sob esse aspecto, foi o liame entre as duas grandes tendências históricas dos séculos XIX e XX. Assim, não podemos afirmar que ele é o novo, mas, também, não podemos dizer que é o velho. Seus escritos espelharam precisamente o seu tempo, um momento em que se deixava de praticar uma concepção totalizante e universalizante da história, abrindo caminho para uma nova, dominada pelo ‘presentismo’. O próprio Bloch explicitou isso.

(...) nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquelas em que vivemos como das outras. O provérbio árabe disse antes de nós: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”. Por não ter meditado essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito.⁶

A questão que se coloca nesta passagem é o indicador dos novos horizontes para a história. Para Bloch, nunca poderemos compreender completamente um acontecimento passado porque não vivenciamos o processo. Com efeito, o

⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, ... , op. cit.*, p. 67-68.

⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou,..., op.cit.*, p. 60.

episódio foi vivenciado por outros homens, com outras inquietações, por consequente, distintas das nossas. Todavia, o autor também nos chamou a atenção para o fato de que os acontecimentos do presente não poderiam ser conhecidos na sua totalidade em virtude de os mesmos não estarem ainda concluídos. Contudo, ele nos aponta um caminho extremamente salutar para o ‘fazer’ da história, que é procurar conhecer, o máximo possível, o tempo vivido do acontecimento, na medida em que é dessa maneira que poderemos chegar ao conhecimento. Exatamente por isso indicava que conhecermos mais acerca de um tempo histórico se soubermos como os homens se relacionavam do que se soubermos a árvore genealógica do acontecimento em si.

Baseando-nos nas reflexões desses historiadores, teceremos algumas considerações sobre o trabalho material e intelectual em dois tempos medievos, quando de seu nascimento e quando do amadurecimento das cidades nos séculos XII e XIII.

Os poucos registros que temos sobre o trabalho na primeira Idade Média tratam diretamente das atividades no campo. Um dos historiadores do século XX que analisou o trabalho desse período foi George Duby, em duas obras clássicas: *Guerreiros e Camponeses e Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval*. Nelas, o historiador explicitou a forma rústica e, em diversos aspectos, o domínio da natureza sobre o homem.

Um primeiro facto, bem assente: na civilização deste tempo, o campo é tudo. Vastas regiões, a Inglaterra e quase toda a Germânia, não têm uma única cidade. Mas existem noutras regiões: antigas cidades romanas, menos profundamente degradadas no sul do Ocidente, ou então pequenos burgos de comércio muito recente, acabados de nascer ao longo dos rios, que correm para os mares do Norte. Salvo algumas exceções lombardas, estas “cidades” parecem todas elas aglomerações irrigórias, que reúnem no máximo algumas centenas de habitantes permanentes e vivem profundamente ligadas ao campo. Na verdade, nem sequer se distinguem dele. Estão cercadas por vinhas, interpenetradas com os campos; cheias de animais, celeiros e rapazes nos trabalhos da terra. Todos os homens, mesmo os mais ricos, os bispos, os próprios reis, e os raros especialistas, judeus ou cristãos, que nas cidades exercem o ofício do comércio a longa distância, todos eles permanecem rurais, e sua existência é ritmada pelo ciclo das estações agrícolas, a sua subsistência depende da terra-mãe, dela retirando no imediato todos os recursos.⁷

⁷ DUBY, George. *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 19-20.

A passagem de Duby explicita que a vida, no início da Idade Média, transcorria no campo e era daí que o homem retirava sua subsistência. As poucas cidades que permaneceram e as atividades nelas desenvolvidas somente existiam devido ao campo. Mais adiante, o historiador nos chama a atenção para o caráter rústico da vida nessa época, na medida em que as atividades eram limitadas e dependiam dos ciclos da natureza.

Mal equipados, os homens consagravam todas as forças à produção da sua própria alimentação; o gado grosso vinha depois. Colhiam um pouco de folhagem, mas bem pouco, o estritamente necessário para a subsistência, melhor ou pior, dos poucos animais que não tinham sido mortos no Outono, durante os meses maus em que a natureza virgem pouco oferece para o alimento dos animais. Mas na maior parte do ano, o gado alimenta-se sozinho, ao ar livre, no espaço não vedado pelas cercas. (...) Eram, pois, necessários vastos campos de pousio. E sentimos novamente porque razão cada aldeia, cada família, tinha necessidade de uma área de subsistência muito extensa, que devia incluir, além de imensas terras de pasto, um espaço arável muito superior à superfície utilizada em cada ano. Finalmente, apesar destes longos repouso, os rendimentos continuavam a ser certamente muito fracos.⁸

O quadro esboçado por Duby nos descreve com clareza a situação do camponês: a vida era dependente diretamente do ciclo da natureza. A agricultura era de cunho familiar e a produção, em virtude dos poucos instrumentos, se restringia quase à subsistência. Mesmo a criação de animais era limitada àqueles que sobrevivessem às intempéries da natureza.

Em outra obra que tratou também da primeira Idade Média, *Guerreiros e Camponeses*, Duby chamou a atenção para o nível tecnológico dos instrumentos de trabalho.

Como poderemos identificar os objectos, a sua forma, o material de que eram feitos e seu grau de utilidade através destes nomes? Que informação podemos colher de palavras como aratrum, carruca, que são mencionados aqui e além, em todos os documentos escritos, sempre lacônicos, que procuram descrever o trabalho no campo naquela época? Estes dois termos, sem dúvida permutáveis, indicam simplesmente um instrumento puxado por uma parelha e usado para arar.

O primeiro termo era preferido pelos escrivães mais cultos, porque provinha do vocabulário clássico; o segundo traduzia mais literalmente a linguagem popular. O termo carruca pode fazer pensar que este instrumento estava provido de rodas, mas não existe comentário que nos permita verificar qual a acção da sua relha ou se se tornava mais eficiente pela atrelagem de uma aiveca, isto é, se o lavrador dispunha de um verdadeiro arado, com capacidade de

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 42-43.

revolver e arejar completamente o solo, ou se simplesmente possuía um arado, cuja relha simétrica apenas podia abrir o sulco sem virar o torrão.⁹

A situação dos instrumentos técnicos não apresentava um quadro diferente do estado de sobrevivência no qual viviam os camponeses. Nem poderia ser diferente, pois a forma de vida decorria, necessariamente, do grau de civilidade atingido por esta população que estabelecia uma relação de interdependência com os instrumentos de trabalho. A descrição feita por Duby do que seria o possível arado e a charrua revela o caráter primitivo destes. Inclusive, sequer se sabe se existia a possibilidade de serem atrelados a bois ou cavalos, tal o grau limitado dos instrumentos e a fragilidade das fontes, segundo o próprio autor narrou.

Nesta mesma condição encontravam-se os utensílios domésticos.

Utensílios (utensilia): duas bacias de cobre, dois vasos de beber, dois caldeirões de cobre e outro de ferro, uma panela, um gancho de panela, um cão de chaminé, uma candeia, dois machados, uma enxó, dois verrumões, uma machadinha, um raspador, uma plaina, um formão, duas foices grandes, duas foices pequenas, duas pás com ponta de ferro. Há muitos utensílios de madeira.¹⁰

De acordo com a descrição do autor, os camponeses da primeira Idade Média viviam parcamente sob as intempéries da natureza, com rudimentares utensílios e poucos instrumentos de trabalho. Em última instância, a vida material da população, em geral, era muito simples, fosse ela a dos camponeses ou dos ricos, cristãos ou judeus. Todos tinham uma vida muito restrita. Dependiam da natureza e, por isso mesmo, dependiam uns dos outros, não podendo viver de maneira isolada. Habitavam aldeias ou pequenas comunidades, pois, os riscos das incursões de outros povos, de ataques de animais e a pobreza eminente e constante impunham relações de dependência mútua.

Se no âmbito da materialidade as condições eram frágeis e rudimentares, como nos relatou Duby, no campo da vida espiritual a realidade não era diferente. Contudo, nem por isso deixou de existir e, neste sentido, a religião cristã teve um papel fundamental.¹¹

Sob esse aspecto, deve-se destacar a importância dos mosteiros na preservação e divulgação da cultura nessa época. Segundo Ullmann, caso não tivessem existido,

⁹ DUBY, George. *Guerreiros e Camponeses*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 25-26.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 27.

¹¹ Em nossa tese de doutorado analisamos, com vagar, o papel do cristianismo e da Igreja na organização da civilidade ocidental neste tempo. O título da tese é *Guizot e a Idade Média: civilização*

muitas obras da Antiguidade teriam desaparecido. “Salvaram-se, assim, muitas obras, que, sem o labor persistente dos monges, para sempre teriam desaparecido. Graças a eles, sobreviveram as humanidades clássicas”.¹² As palavras de nosso filósofo apresentam uma situação que é expressa, em geral, nos documentos da época. Cassiodoro (485 – 580), em suas *Instituições*¹³, descreveu a importância dos monges e dos mosteiros para a preservação e disseminação da cultura nesse tempo do medievo.

Quanto a mim, eu vos manifesto minha predileção: entre as tarefas que podeis realizar com esforço corporal, a dedicação dos copistas, se escrevem sem erros, é – e talvez não injustamente – o que mais me agrada. Pois, relendo as Escrituras divinas, instruem de modo salutar sua mente e copiando espalham por toda parte os preceitos do Senhor.¹⁴

De acordo com Cassiodoro, uma das mais importantes atividades laborais dos monges era o trabalho de copista, pois mantinha suas mentes sãs e, ao mesmo tempo, difundia as palavras da Sagrada Escritura.

Em um tempo em que a vida material dependia totalmente da natureza, como vimos anteriormente, o estabelecimento de uma atividade cujo fito era a preservação da memória dos homens de outros tempos implicava na existência, ainda que de forma precária, de homens que se preocupavam com o saber, com a escrita, que pautavam suas vidas pela intenção de preservar a cultura e a civilização. Em última instância, os homens do Ocidente medievo, por meio do trabalho de seus copistas, conservavam o espírito de *humanitas* produzido no passado.¹⁵ “(...) o pregar aos homens com a mão, abrir línguas com os dedos, dar em silêncio salvação aos mortais e – com a cana e a tinta – lutar contra as ilícitas insinuações do diabo”.¹⁶ As palavras de Cassiodoro dizem tudo sobre a

e lutas políticas. Departamento de história da UNESP, 1997.

¹² ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *As Universidades na Idade Média*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 37.

¹³ As referências e citações que faremos neste texto foram retiradas da introdução e tradução feita pelo professor Jean Lauand em *Cassiodoro e as Institutiones: o trabalho do copista*.

¹⁴ CASSIODORO. *Instituições*. Capítulo 30. In: LAUAND, Jean Luiz. *Cassiodoro e as Institutiones: o trabalho dos copistas*. Disponível em: <http://www.hottopos.com>. Acesso em: 18/09/2008.

¹⁵ As palavras de Kant não nos deixam dúvidas quanto à importância da escrita e de quanto de civilidade ela possui em si. “Não é fácil conceber um desenvolvimento, partindo do estado rude (dai também a dificuldade de formar uma ideia do primeiro homem); e vemos que, sempre que se partiu deste estado, o homem sempre recaiu na rudeza e novamente se levantou a partir daí. Até nos povos bastante civilizados reencontramos ausência de limites para a rudeza, o que é atestado pelos mais antigos monumentos escritos, que nos foram legados – e que grau de cultura a escrita já não supõe?” KANT, 1996, p. 21.

¹⁶ CASSIODORO, *op. cit.*

importância da atividade dos copistas. O copista, sem sair do seu mosteiro, muitas vezes de sua cela, infundia e difundia a palavra sagrada. Aliás, é importante destacar, tendo feito o voto de silêncio, difundia-a apenas com a mão e a tinta. Com efeito, o silêncio era uma das características solicitadas e prezadas pelos monges, portanto, a escrita era, praticamente, a única forma de comunicação.

(...) Os povos ouvem e podem renunciar à sua vontade perversa e servir o Senhor com mente pura. Com seu trabalho, ele age, mesmo estando ausente.

(...) Muitas coisas podem se dizer desta tão ilustre arte, mas basta chamá-los de *livreiros* [*librarios*], que se consagram à *libra* [balança] da justiça do Senhor.¹⁷

A atividade do copista resultou, com seu trabalho, em um bem para os homens. Preservou a cultura antiga, especialmente os escritos sagrados, mas não se restringiu a isso. Difundiu o cristianismo, conservando a arte da escrita, já conquistada pelos homens há muitos séculos e desenvolveu, segundo Cassiodoro, uma arte nova, dentro daquele contexto de crise e de submissão à natureza no campo material, a dos *livreiros*. Esta nova arte, por seu turno, encontra-se vinculada ao campo espiritual.

Na primeira Idade Média é possível destacar, no âmbito do trabalho material e intelectual, estes aspectos e condições; nos séculos XII e XIII, o destaque é outro. Trata-se de um cenário distinto, especialmente em regiões como a Gália, a Bretanha e as Penínsulas Ibérica e Itálica. Nesses locais, o desenvolvimento do sistema feudal impulsionou a vida material e mental do homem medieval de forma bastante diversa daquela atestada no início do medievo.

Inúmeras são as obras historiográficas e documentos que revelam esse processo de desenvolvimento material e mental. Trata-se do momento do renascimento das cidades, do surgimento das escolas citadinas e, em seguida, das universidades. Personagens como o comerciante, o usurário, o mestre e a prostituta passam a fazer parte da nova lista do trabalho.

Pirenne (1982), em sua obra *História Econômica e Social da Europa Medieval*¹⁸, destacou a figura dos artesãos, dos jornaleiros, ressaltou a importância dos mercadores no desenvolvimento de uma sociedade ocidental medieval bastante

¹⁷ CASSIODORO. *op.cit.*

¹⁸ Sabemos, indubitavelmente, das severas críticas, muitas com fundamentação, feitas à tese de Pirenne acerca de uma Idade Média fechada para as trocas comerciais entre os séculos VII e XII. Todavia, também, consideramos relevantes os estudos que este autor belga fez sobre a Idade Média e nos parece importante conservar seus ensinamentos no âmbito da história e historiografia direcionadas ao medievo.

distinta daquela que a antecedeu. Um dos aspectos que julgamos relevantes para nossa análise reside no fato de que, segundo o autor, o mercador do século XII precisava saber ler e escrever.

O desenvolvimento dos instrumentos de crédito supõe necessariamente que os mercadores sabiam ler. A atividade comercial foi, sem dúvida alguma, a causa da criação das primeiras escolas para filhos de burgueses.¹⁹

Para dominar suas atividades, exigia-se dos comerciantes novas habilidades, dentre elas, a escrita. Além desta, essa nova atividade no Ocidente exigia daqueles que a praticavam o conhecimento de línguas estrangeiras. Assim, ainda que o latim continuasse sendo a língua mais conhecida, tornava-se cada vez mais importante o conhecimento das línguas nacionais. Le Goff destacou, em *Mercadores e Banqueiros*²⁰, do mesmo modo que Pirenne, algumas décadas depois, a importância da escrita e das línguas nacionais na prática do comércio. Sob este aspecto é importante destacar que, grosso modo, a historiografia inglesa e francesa do século XX, e mesmo a historiografia romântica francesa do século XIX – com Guizot, Michelet, Cousin, Mignet, Thierry –, insistiram na importância das cidades, das atividades comerciais e artesanais para o desenvolvimento de novas modalidades do trabalho no Ocidente medieval a partir do século XII. Alertaram, ainda, que elas tiveram como resultado mudanças e um profundo desenvolvimento nas estruturas materiais das relações sociais nessa época e espaço social. Existe um elo que vincula essas interpretações: apontam o desenvolvimento das relações feudais como um fato importante para este processo de mudança no trabalho material.

Exemplo notável deste processo é fornecido por Peter Haidu, na obra *Sujeito medieval/moderno*, na qual apresenta as inovações na arquitetura militar como decorrências do desenvolvimento do sistema feudal e do amadurecimento do poder dos príncipes.

Nesta época, as transformações súbitas na arquitetura militar são revolucionárias. As conquistas territoriais, a manutenção de novas fronteiras, levaram a novas exigências. Augustus criou um corpo de engenheiros, desenvolveu uma nova arquitetura militar. Um documento lista mais de uma dúzia de homens, a maioria dos quais com o título de *Magister*, tidos como encarregados da arquitetura de fortificações em regiões extremamente

¹⁹ PIRENNE, Henri. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1982, p. 129.

²⁰ LE GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

dispersas. As inovações arquitetônicas do período são explicadas em parte pelo estudo de Vegetius, em parte pela análise das muralhas e fortificações clássicas. Essas construções faziam parte de uma política coerente de conquistas por etapas, ocupação de territórios conquistados e subsequente controle populacional. As políticas referentes aos castelos eram semelhantes em ambos os lados do Canal.²¹

A passagem de Haidu explicita um dado importante: as mudanças no campo, o renascimento das cidades e o fortalecimento dos poderes laicos propiciaram o ressurgimento de atividades e desenvolveram profissões que, até então, não eram necessárias à vida cotidiana dos homens medievais do Ocidente. A arte militar, uma das mais antigas praticadas pelos homens, precisava de novos ofícios, de arquitetos, de engenheiros para construir pontes, castelos, aprimorar caminhos. A exigência dessas novas profissões implicava um grau de complexidade nas atividades laborais muito diferente das exigidas na primeira Idade Média. Essa complexidade decorria, necessariamente, do desenvolvimento material e mental dos homens oriundos do sistema feudal e das cidades.

Mudança similar é detectada também no aspecto mental. Se no início da Idade Média o ensino, a produção intelectual e a escrita estavam restritos à ambiência do monastério – e nem poderia ser diferente em virtude das condições sociais daquele tempo –, o florescimento das novas relações distintas exigia também novos intelectuais, e eles surgiam²², em decorrência, inclusive, da permanência dos intelectuais palacianos e monásticos ao longo de todo o medievo.

Ainda que possamos indicar muitos mestres como exemplos desse novo modelo de homem de saber, ou intelectual, que proliferaram nessa época, destacaremos dois, por considerarmos expoentes significativos de seus respectivos tempos históricos e ambiências. Trata-se de Hugo de São Vitor para o século XII, mestre da escola Vitorina, uma das mais importantes da cidade de Paris, e Tomás de Aquino, um dos maiores mestres da Universidade de Paris no século XIII.

Principiemos pelo mestre Vitorino e sua obra *Didascálico*, cujo subtítulo é, sintomaticamente, *Da arte de ler*.

²¹ HAIDU, Peter. *Sujeito Medieval/Moderno. Texto e governo na Idade Média*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005, p. 271-272.

²² Quando mencionamos o surgimento de novos intelectuais não estamos afirmando que não havia mestres e alunos em tempos anteriores no Medievo ocidental, nossa ideia é justamente o oposto. Contudo, assistimos neste momento ao nascimento de mestres cidadãos, que passam a viver e ser custeados no e pelo ensino.

Aqueles que se dedicam ao saber teórico devem dispor de inteligência e de memória ao mesmo tempo, coisas que em qualquer estudo ou disciplina estão tão conexas que, se uma faltar, a outra não pode conduzir ninguém para a perfeição, da mesma forma que os lucros servem para nada se faltar o armazenamento e inutilmente constrói armazéns aquele que tem nada para guardar. O engenho descobre e a memória custodia a Sabedoria.²³

Ao descrever as duas primeiras qualidades concernentes ao saber teórico no homem, a inteligência e a memória, e ao fazer uma analogia com a finalidade do armazenamento de produtos e do lucro, o mestre Vitorino revelou claramente que nas duas atividades – o estudo e a produção de alimentos – os homens deveriam estar municiados das habilidades necessárias e saber, com discernimento, a finalidade de suas ocupações. O homem não aprenderia se não usasse a inteligência e a memória do mesmo modo que a finalidade do comércio não se realizaria caso não houvesse produtos e locais de armazenamento. Hugo de São Vitor estabeleceu essa relação entre as duas atividades com naturalidade, pois as encarava como inerentes ao homem: ao homem eram necessários o trabalho intelectual e o material.

Em outra passagem estabeleceu idêntica relação entre o trabalho intelectual e o material “(...) a teoria racional da agricultura é coisa do filósofo, sua execução é coisa do camponês”.²⁴ Fica patente que, para o mestre, havia a necessidade da aliança entre aquele que pensava o trabalho e aquele que o realizava. Explicitou, por isso, que quem investigava e melhorava as possibilidades da agricultura era o filósofo, mas quem a executava era o camponês. Hugo de São Vitor mostrou, assim, a divisão do trabalho.

Dando sequência às suas reflexões, ele destacou a importância do intelecto para o desenvolvimento do homem, por conseguinte, das suas atividades. Neste sentido, fez uma comparação importante entre os animais que não possuem capacidade cognitiva e os homens.

Não foi sem razão que, enquanto cada um dos seres animados possui por nascença as armas de sua própria natureza, somente o homem nasce sem armas e nu. Foi conveniente que a natureza provesse àqueles que não conseguem prover a si mesmos, enquanto ao homem foi reservada uma maior oportunidade de experimentar, ao ter que encontrar para si com a razão aquilo que aos outros é dado naturalmente.

²³ HUGO DE SÃO VITOR. *Didascálico. Da arte de ler*. Petrópolis: Zahar, 2001, L. III, c. 7, § 1.

²⁴ Idem, *Ibidem*, L. I, c. 4, § 2.

Muito mais brilha a razão do homem inventando estas mesmas coisas, de quanto teria resplandecido se já as tivesse. Não sem razão o provérbio reza que: *A fome engenhosa forjou todas as artes*.²⁵

A partir das palavras desse mestre citadino do século XII, fica-nos patente que os homens sobreviviam e desenvolviam suas habilidades e as mais diversas atividades porque possuíam a possibilidade de usufruir de sua inteligência. Era ela que permitia que os homens criassem coisas, imitassem a natureza e a subordinassem, de acordo com suas necessidades. A frase destacada pelo autor é de fundamental importância, pois revela que o homem, diferentemente dos demais animais, não consegue prover suas necessidades e sobreviver se não usar da arte, ou seja, se não criar artes que satisfaçam as suas exigências, por meio do intelecto. Por conseguinte, em última instância, é o uso do intelecto que faz com que o homem crie instrumentos e ‘forje’ meios para suprir suas necessidades materiais básicas.

Em suma, o mestre Vitorino, na escola do século XII, ensinou e depositou no intelecto humano a possibilidade da criação das artes.

Para Tomás de Aquino – mestre da Universidade no século XIII, no texto *Unidade do intelecto contra os averroistas* –, por seu turno, o intelecto era o próprio homem “(...) ora, a operação própria do homem, enquanto é homem, consiste em pensar, pois é nisto que difere dos animais, e por isso é que Aristóteles deposita a última felicidade nessa operação”.²⁶ Do seu ponto de vista, era o intelecto que fazia o homem se diferenciar dos demais animais e se aproximar da quase perfeição divina, na medida em que a alma pensava por meio do intelecto.

É de facto evidente que este homem em concreto pensa, pois nunca chegaríamos a procurar saber o que é o intelecto se não pensássemos; nem quando procuramos saber o que o intelecto é de nenhum princípio mais procuramos saber senão daquele pelo qual pensamos. Daí que Aristóteles diga: “Chamo intelecto àquilo pelo qual a alma pensa”. Portanto, Aristóteles conclui que se há um princípio primeiro pelo qual pensamos ele deve ser a forma do corpo, pois já tinha demonstrado antes que a forma é aquilo pelo qual em primeiro lugar alguma coisa age.²⁷

Para o mestre Aquinate, as atividades humanas existiam e os homens podiam aprender e ensinar da mesma maneira que os anjos e Deus exatamente porque pensavam e faziam uso do pensar para tornar suas habilidades, que existiam

²⁵ Idem, *Ibidem*, L. I, c. IX, §. 4, destaque do autor.

²⁶ TOMÁS DE AQUINO. *A Unidade do Intelecto contra os Averroístas*. Lisboa: Edições 70, c. III, § 77.

²⁷ Idem, *Ibidem*, c. III, § 61.

enquanto potência, em ato. Era a capacidade do pensar que permitia a capacidade cognitiva do homem dirigir sua ação para coisas justas ou injustas. Era esta possibilidade intelectiva que conduzia os homens à prudência, que possibilitava a existência de governos justos e equitativos. Para o mestre Tomás, o intelecto humano era o grande motor da existência dos homens.

Após essas análises dos mestres citadinos quanto à importância do desenvolvimento intelectual dos homens para a construção de novas habilidades e atitudes diante da vida contemplativa e material, retomaremos, para concluir nossas considerações, dois autores da historiografia contemporânea que nos apontam para as mudanças que ocorreram nas cidades e que impuseram aos homens trabalhos distintos daqueles que existiam antes da ambiência citadina no Ocidente medievo.

Mariateresa F. B. Brocchieri, no artigo *Intelectual*, salientou o fato de que a vida na cidade criou diversas modalidades do trabalho. Dentre elas, uma, até então desconhecida como trabalho para os medievos, o ensino.

A estrutura e a vida das cidades eram, agora, regidas por um trabalho especializado e subdividido e o ensino era mais um desses trabalhos, como as atividades artesanais e comerciais. Tornava-se, portanto, necessária uma definição precisa do ensino, o que foi feito, mediante a indicação das tarefas, das vantagens e das áreas em que essa atividade podia ser exercida e dos tempos de trabalho do docente e do estudante.²⁸

Na cidade, o ensino deixou de ser um dom divino e passou a ser regido como atividade dividida em tarefas, tal como as demais atividades. Com efeito, as Universidades foram organizadas, no século XIII, do mesmo modo que as demais atividades artesanais, ou seja, sob a forma de corporação de ofício.

Da mesma maneira que essa autora, Le Goff já tinha chamado a atenção para essa questão na obra *Intelectuais na Idade Média*. O renomado medievalista francês afirmou que: “As escolas são oficinas de onde se exportam as ideias, como se fossem mercadorias”.²⁹ Mais adiante, na obra, enfatizou:

(...) o intelectual, no seu lugar, com as suas aptidões específicas, deve colaborar no trabalho criador que se elabora. Não tem como instrumento apenas o espírito, mas também

²⁸ BROCCIERI, Mariateresa Fumagalli Beonio. O Intelectual. In: LE GOFF, Jacques. *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989, p. 128.

²⁹ LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Gradiva, 1984, p. 66.

os livros que são a sua ferramenta de operário. Como nos afastamos, com eles, do ensino oral da Alta Idade Média!³⁰

O intelectual descrito por Le Goff é um profissional que criava e exercia sua atividade do mesmo modo que os demais profissionais de ofícios. Como os demais trabalhadores, possuía, também, instrumentos próprios de seu ofício, como a habilidade proveniente de seu intelecto cognitivo e o livro, que era o instrumental de seu labor. O próprio Le Goff salientou a diferença e a distância entre estes intelectuais e os primeiros mestres do medievo, os monges e copistas, como mencionamos anteriormente.

Para concluirmos, consideremos alguns aspectos que arrolamos ao longo da nossa análise. O primeiro diz respeito à importância de se considerar a história pelo caminho da longa duração e aprendermos sempre com o passado, não para o copiarmos, mas para que nos sirva de exemplo. O segundo, derivado do primeiro, relaciona-se com o fato de, pela longa duração, podermos compreender as mudanças que ocorreram na história e, por conseguinte, ainda que uma época permaneça por séculos, como foi a Idade Média, produziu uma diversidade imensa de homens, de relações e de profissões. Por fim, o aspecto, mais importante de nossa discussão reside no fato de que o homem é um todo, formado pelo material e pelo mental. Não podemos, portanto, conceber que uma forma de trabalho é superior a outra, ou seja, é a junção do trabalho material e intelectual que constrói o homem e todas as suas artes.

Recebido: 13/04/2011 – Aprovado: 02/09/2011

³⁰ Idem, *Ibidem*.